

# O projeto da *Ciência da Lógica*

Prof. Konrad Utz\*

**Resumo:** O artigo pretende defender a interpretação da *Ciência da Lógica* de Hegel como sistema de conceitos aprióricos. Par tal fim, ele utiliza-se das noções da semântica inferencial e da inferência conceitual desenvolvidas por Robert Brandom, sem, contudo, entrar nos pormenores da teoria deste autor. Por fim, o artigo tenciona elucidar a estrutura e o método da Lógica hegeliana a partir dessa chave interpretativa, tentando, com isso, abrir um novo acesso a sua compreensão que não recorra nas noções da dialética, da contradição e da especulação, normalmente empregados neste contexto (tanto pelos interpretadores quanto pelo próprio Hegel).

**Palavras-chave:** Ciência da Lógica, semântica inferencial, sistema, método.

**Abstract:** The article is defending the interpretation of Hegel's Science of Logic as a system of aprioric concepts. To do this, Robert Brandom's notions of Inferential Semantics and Conceptual Inference are used, without, however, entering into the details of his theory. Finally the article, parting from this interpretation, aims to explain the structure and the method of Hegel's Logic, trying thus to open up a new way of understanding them without falling back on concepts like "dialectics", "contradiction" and "speculation" which are normally used in this context (and which are the ones used by Hegel himself), but seem dubious to many contemporary philosophers, especially to those coming from the Analytic tradition.

**Key-words:** Science of Logic, semantic inference, system, method.

## Semântica inferencial

Na minha opinião, a CdL apresenta um sistema de conceitos aprióricos, o inventário das formas lógicas.<sup>1</sup> Como o próprio Hegel diz, a significação dela limita-se, em *primeira* instância, a isso, nada mais.<sup>2</sup> Ao senso comum, tal empreendimento necessariamente aparece árduo, seco, penoso, sem interesse, supérfluo. Se tal lógica, um sistema de conceitos fixos, realmente existe, nós já o usamos. Seria, então, uma mera

\*Doutor em Filosofia pela Eberhard-Karls-Universität Tübingen (Alemanha); professor adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>1</sup> Como não existe tradução portuguesa da "Ciência da Lógica" de Hegel, cito essa obra da edição alemã mais atual e internacionalmente reconhecida como padrão: os vols. 11, 12 e 21 da edição das obras completas (OC) pela Rheinisch-Westfälische Akademie der Wissenschaften (H. Hogemann, W. Jaeschke, ed., G.W.F. Hegel, *Gesammelte Werke*, 1978s); o primeiro número indica o volume, o segundo a página: cf. OC 21/41s.

reconstrução das formas básicas de nosso pensar, como a reconstrução da gramática de uma linguagem que já falamos.

Para explicar a significância de tal projeto quero referir-me à idéia da semântica inferencial de Robert Brandom.<sup>3</sup> Já advirto no início que não vou entrar na discussão da teoria dele nem expor essa teoria de uma maneira minimamente satisfatória. Apenas pretendo usar a idéia básica de Brandom para mostrar que o projeto da CdL faz sentido, até no contexto da filosofia analítica.

A idéia de Brandom é a seguinte: Já a intuição normal sobre a linguagem nos mostra que conceitos não possuem apenas uma relação a objetos não lingüísticos aos quais se referem. Além dessa relação de referência os conceitos também têm relações a outros conceitos. Essas relações possuem caráter inferencial. Isso quer dizer: da atribuição de um conceito eu posso inferir a atribuição de um outro.<sup>4</sup> Se eu sei que hoje é quarta-feira, eu sei que amanhã será quinta-feira e ontem era terça. Se eu sei que o Brasil é situado ao norte do Uruguai, eu sei também que o Uruguai é situado ao sul do Brasil. Robert Brandom desenvolve toda uma sistemática de tais relações semânticas inferenciais. Não vou entrar nisso. Só quero chamar a atenção a este fato que me parece indubitável: conceitos implicam relações *conceituais* a outros conceitos. Essas permitem inferências de um conceito a um outro. Isso em si já é muito interessante porque com isso a noção da inferência de repente vincula-se ao âmbito dos conceitos e não apenas das proposições. Na lógica formal relações inferenciais obtêm entre sentenças. Se todos os seres humanos são mortais e Sócrates é um ser humano, então Sócrates é mortal. Assim reza o exemplo clássico do silogismo da lógica aristotélica. Da verdade de duas sentenças, das duas premissas, segue a verdade de uma terceira sentença, da conclusão. A lógica formal moderna que começou com Frege difere da Aristotélica em suas estruturas básicas, mas não quanto a essa característica fundamental da inferência proposicional.

Disso seguem mais duas diferenças entre inferência conceitual e proposicional. Na lógica proposicional precisa-se de pelo menos duas sentenças para concluir que uma outra é verdadeira ou falsa (vamos, aqui, omitir os casos especiais da identidade e da

---

<sup>2</sup> Cf. OC 21/13.

<sup>3</sup> Cf. idem, *Making it explicit: Reasoning, Representing and Discursive Commitment*, Cambridge (Mass.), London 1994.

<sup>4</sup> Ibid, 87s.

não-contradição consigo mesmo que, de certa forma, seguem de qualquer sentença). Ao contrário disso a inferência conceitual funciona a partir de um conceito só. A segunda diferença é que a inferência proposicional apenas tem a ver com as características puramente formais das sentenças. O exemplo do Sócrates que é mortal é um exemplo de uma inferência válida cujo resultado é verdadeiro. Mas existem exemplos de inferências que, pelo conteúdo são totalmente erradas, mas que são formalmente válidas: “Sócrates é um boi. Todos os bois podem voar. Portanto, Sócrates pode voar.” Ao contrário disso, as inferências conceituais têm a ver com o conteúdo. Portanto, elas são específicas. Porém algumas dessas inferências não podem ser generalizadas e aplicadas a outros conceitos, mas são específicas de um conceito só. Nenhum conceito fora do conceito “sábado” implica que o dia seguinte é “domingo”.

Eu queria chamar a atenção ao fato que as inferências conceituais não se limitam a casos banais ou óbvios como “se alguém é solteiro, ele não tem esposo” ou como no caso dos dias da semana. Do conceito “triângulo reto” segue, por exemplo, que a relação do comprimento de seus lados é  $a^2 + b^2 = c^2$ .<sup>5</sup> Eu diria que a inferência conceitual não se limita a sentenças analíticas, mas também compreende as sintéticas. Mas como a diferenciação destes dois é controvertida, basta para eu dizer que a inferência conceitual pode ser informativa. Com isso quero dizer que o ser pensado de um conceito não implica necessariamente o ser pensado de todas suas implicações conceituais. Evidentemente, ninguém pode pensar o conceito “solteiro” sem compreender que isso implica “não-casado”. Mas seria totalmente contra-intuitivo dizer que ninguém pode pensar o conceito “triângulo reto” sem compreender a sentença do Pitágoras.

Se nós aceitamos que a inferência conceitual existe, isto é, que o uso do termo inferência não se limita a relações entre proposições, nós já fizemos o primeiro passo a conceder algum sentido ao projeto da Lógica hegeliana. Pois onde há inferências, há lógica. Pelo menos o título da obra não é mais tão despropositado como alguns representantes da lógica formal acharam. A Lógica de Hegel investiga as relações inferenciais entre conceitos aprióricos. Este projeto, se ele tiver algum êxito, promete resultados interessantes para todos que estiverem interessados em conceitos aprióricos.

---

<sup>5</sup> Kant, p.ex., não aceitaria este exemplo, mas a maioria dos filósofos da matemática aceita.

## A lógica de conceitos aprióricos

Mas por que nós deveríamos interessar-nos por conceitos aprióricos? Aqui não quero responder essa pergunta. A questão do apriórico é muito controversa, o número de posições e argumentos é tão imenso que não vou entrar neste debate hoje. Quase sempre existiram correntes filosóficas que negaram a existência de algo independente de nossa experiência ou inacessível a ela, e hoje em dia a parte de filósofos que defendem essa posição talvez seja maior que nunca. Mas uma maioria dos filósofos continua defendendo o apriórico, e este fato, por essa vez, tem que bastar para plausibilizar que o projeto da CdL, possivelmente, tem sentido. É uma opção muito bem argumentada assumir que existam realidades não-empíricas e que nós temos acesso a elas. E para quem assume essa opção, o projeto de investigar as relações inferenciais entre conceitos aprióricos deveria ser altamente interessante.

A teoria de conceitos aprióricos que era mais influente nos tempos de Hegel e que, em muitos aspectos, serviu como ponto de partida para Hegel, foi a Lógica Transcendental de Kant.<sup>6</sup> Kant dizia que qualquer objeto necessariamente possui certas características, que são constitutivas dele ou que são “condições da possibilidade” dele. Essas determinações necessárias do objetivo Kant chamava, em concordância com a tradição, “categorias”.<sup>7</sup> Kant apresentou uma tábua de quatro categorias: quantidade, qualidade, relação e modalidade, cada uma com três subcategorias.<sup>8</sup> Portanto, ele dizia que qualquer objeto tem qualidade, quantidade, relação e modalidade. Essas categorias são as condições lógicas da objetividade. Isso quer dizer, o objeto implica *logicamente* determinações quantitativas, qualitativas, relacionais e modais – mesmo que a lógica deixa em aberto quais sejam essas determinações num caso específico. Estes conceitos das categorias apresentam, portanto, as estruturas fundamentais da realidade (empírica) que se encontram em qualquer objeto real. Portanto, a ciência destes conceitos deveria ser altamente significativa, porque ela revela a base imprescindível e imperturbável de qualquer outra investigação da realidade tanto quanto da compreensão da realidade como um todo.

Na minha interpretação Hegel aceitou essa visão do apriórico de Kant. O que ele

---

<sup>6</sup> Cf. Immanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, B74ss

<sup>7</sup> Cf. *ibid.*, B105.

<sup>8</sup> Cf. *ibid.*, B106.

não aceitou, foi a moldura epistemológica na qual Kant enquadrou sua teoria dos conceitos aprióricos. Kant definiu “objeto” como “objeto de nosso conhecer” – mantendo, com isso, que não existe objetividade fora de nosso conhecer e que o ato de nosso conhecer é constitutivo pela objetividade. Com isso, Kant não quis dizer que existe apenas o que é dado para nos, na forma em que é dado para nos. Além do “para nós” há, sim, as coisas-em-si. Mas a estes não temos acesso nenhum, nem um acesso conceitual, de tal forma que a coisa-em-si não é “objeto”. A “ontologia”<sup>9</sup> kantiana é uma ontologia sob os auspícios do “para-nós”, isto é, sob a condição epistêmica.

Essa condição Hegel não aceita. Para ele, as categorias não são apenas condições da possibilidade de nosso conhecer e, em consequência disso, da realidade enquanto dada ao nosso conhecimento. Para Hegel as categorias são condições da possibilidade da realidade enquanto tal. Talvez seja interessante notar que ele não chegou a tal conclusão por que ele pensou ter encontrado um acesso à coisa-em-si do qual Kant não se tivesse dado conta – bem pelo contrário, Hegel eliminou completamente a noção de tal “coisa-em-si” de sua teoria. A razão da libertação do sistema categorial da moldura epistêmica era a reinterpretação da lógica no sentido moderno.

Para Kant, a lógica transcendental, a lógica dos conceitos aprióricos, constituía-se a partir do sujeito particular, finito. O princípio dessa lógica foi o ato particular do conhecer, a famosa “apercepção transcendental”.<sup>10</sup> A noção da “apercepção transcendental” é extremamente interessante, extremamente genial e extremamente problemática. Ela submete o lógico, isto é, o apriórico, a um ato de um sujeito finito em espaço e tempo. Ela sujeita o lógico às condições da subjetividade nossa. Podem existir outros tipos de subjetividade que a nossa? Certamente, diz Kant. Deus, se ele existe, é um sujeito de um tipo totalmente diferente de nós sujeitos humanos.<sup>11</sup> Portanto, Deus também tem uma outra lógica – pelo menos uma outra lógica transcendental – que a nossa. Para Kant, tal lógica é completamente inacessível e impensável para nós. Mas ela é possível. Mas com isso, a noção da possibilidade desvincula-se da lógica. Para a grande maioria dos filósofos, pelo menos daqueles que aceitam o apriórico, a lógica é a última instância da modalidade. Ela determina as possibilidades, necessidades,

---

<sup>9</sup> Ele mesmo não a chamaria assim, justamente por que não é uma doutrina do ser enquanto tal, mas apenas dos entes como aparecem a nos, cf. loc. cit. B303.

<sup>10</sup> Cf. *ibid.*, B131s.

<sup>11</sup> Cf. *ibid.*, B145.

impossibilidades e não-necessidades fundamentais. Ela determina, na terminologia da filosofia contemporânea, quais mundos são possíveis e quais não. Segundo Kant, a lógica, pelo menos a lógica transcendental, não teria mais este papel. Pode haver possibilidades para além da lógica, porque a lógica é sempre apenas lógica nossa, dos seres humanos, dos sujeitos finitos. Mas com isso, o sentido da possibilidade parece dissolver-se. Se não houver mais nenhum quadro de referência último para determinar as possibilidades, porque todo quadro é relativo às condições específicas *nossas* de pensar, então a possibilidade perde qualquer determinação. Mas uma possibilidade completamente indeterminada seria simplesmente a possibilidade total. Porém, tal possibilidade total ameaçaria necessidade qualquer, porque o outro lado da necessidade é a impossibilidade. Mas com isso, a possibilidade total também ameaça as necessidades *dentro* do âmbito limitado da lógica transcendental. A moldura fixa que protege essa lógica do caos lógico fora da subjetividade finita nossa dissolve neste caos da possibilidade total, porque essa própria moldura, agora, sempre pode ser diferente.

Hegel afirma, junto com os lógicos contemporâneos tanto quanto com os lógicos tradicionais, que a lógica é estritamente não-subjetiva, universal.<sup>12</sup> Portanto, não há possibilidade para além dela. Portanto, também não há realidade fora das condições da lógica. A única diferença da teoria hegeliana, tanto em relação à lógica contemporânea quanto à lógica tradicional, é que Hegel aplica este princípio da fundamentalidade absoluta do lógico não apenas à lógica proposicional ou silogística, mas também à lógica conceitual.<sup>13</sup>

### **Conceitos empíricos e conceitos aprióricos**

Vamos, agora, voltar à questão da inferência conceitual mais uma vez para esclarecer uma questão muito importante. Até agora eu apenas tentei mostrar que existe tal coisa como implicações conceituais e que, portanto, pode existir uma lógica que investiga estas. Mas eu ainda não disse nada sobre o alcance dessas implicações dos conceitos. A primeira pergunta poderia ser: Será que todos os conceitos têm tais implicações ou apenas alguns? Penso que a resposta só pode ser: todos os conceitos têm tais implicações. Todo conceito implica pelo menos uma inferência negativa: ele exclui

---

<sup>12</sup> Cf. OC 21/12s.

outros conceitos. Um conceito que for compatível com *todos* os demais conceitos não teria determinação nenhuma. Ele não teria conteúdo nenhum e, portanto, sentido nenhum. Talvez o conceito do “ser” é o caso extremo de um conceito que exclui nada, um conceito de limite, para assim dizer. Hegel define o “ser puro” desta maneira: ele exclui nada, ele diferencia-se de nada. Mas, diz Hegel, com isso ele pelo menos já exclui o conceito do Nada. Mas nessa questão não precisamos entrar aqui. Basta constatar: todos os conceitos ou pelo menos todos os conceitos menos um contêm relações inferenciais a outros conceitos.

Disso surge uma outra questão: já que todos os conceitos implicam essas relações inferenciais, será que isso já basta para defini-los? Desta forma um conceito não seria outra coisa que o feixe de relações inferenciais que ligam este conceito a outros. Um conceito seria, essencialmente, um determinado lugar no todo do sistema das relações semânticas inferenciais. A discussão sobre este ponto é extensa e eu não pretendo nem toca-la na superfície. Ela não será muito importante para o que vai seguir. Só quero comentar que eu mesmo não acho que todos os conceitos se definem apenas por suas relações inferenciais e que eu acho que Hegel seja da mesma opinião.<sup>14</sup> A meu ver, os conceitos empíricos não se reduzem a essas relações. O conceito do “verde” não consiste apenas em sua relação negativa aos conceitos de outras cores, em sua relação disjuntiva ao conceito da cor, em sua relação abarcadora aos conceitos de tipos específicos de verde e talvez outras tais relações. Ele também tem uma relação a nossa intuição do verde. Talvez essa não possa ser expressa conceitualmente, justamente porque se trata de uma relação a algo não conceitual. Mas se os conceitos não tiverem *alguma* relação ao sensitivo, i.e., à experiência, não teria vinculação nenhuma entre o conceitual e o sensitivo. Além disso, as disjunções de conceitos tornar-se-iam totalmente arbitrárias. Pode ser que não podemos determinar conceitualmente o conceito do verde senão dizendo que se trata de uma cor que não é vermelha, não é azul, não é amarela etc. Mas se *toda* cor seria determinada apenas desta maneira, o conceito da cor perderia todo sentido. Além disso, não teria motivo nenhum por dizer que as cores são exatamente estes: vermelho, amarelo e azul mais as misturas dessas. Isso só a

---

<sup>13</sup> Cf. OC 21/15s.

<sup>14</sup> Na verdade, como explicarei em baixo, parece-me imediatamente evidente que tal holismo conceitual total implode, pois se tudo determina-se apenas por um outro (e se isso, conseqüentemente, aplica-se a este outro também), tudo determina-se por nada.

*intuição sensitiva* nos diz. Como disse, acho que Hegel diria a mesma coisa quanto aos conceitos empíricos. Só que sua terminologia é diferente. Pelo menos em algumas partes de suas obras, ele parece negar aos conceitos empíricos o título de “conceito”. Estes são meras “apresentações”, mas não “conceitos”. O conceito verdadeiro, para Hegel, é apenas o conceito apriórico.

No caso dos conceitos aprióricos, porém, Hegel afirma que eles determinam-se totalmente por suas relações inferenciais. Eles determinam-se pela Lógica conceitual.<sup>15</sup> É justamente essa lógica que a CdL investiga. O argumento em favor da tese da semântica-inferencial dos termos aprióricos é simples: de onde é que estes termos deveriam ganhar suas determinações a não ser a partir de outros conceitos aprióricos? Por sua aprioricidade, a fonte de sua determinação não pode ser a intuição sensitiva. E outro candidato não há. Resta uma alternativa: talvez os conceitos aprióricos sejam, pelo menos em parte, determinados “do nada” ou por “acaso” ou simplesmente são determinados de imediato, por si mesmos, sem com isso relacionar-se a outros conceitos. Mas uma determinação não-relacional é um absurdo, um monstro lógico. Como já disse, todo conceito implica pelo menos relações negativas, de exclusão a outros conceitos. Se ele não tiver estas, ele simplesmente é indeterminado. Mas o mesmo vale, evidentemente, para qualquer aspecto parcial de um conceito apriórico. Se ele não tiver pelo menos uma relação negativa a um outro conceito, ele é simplesmente indeterminado. Mas o conceito indeterminado simplesmente seria o não-conceito. Porque conceitos aprióricos não existem senão em suas determinações. Eles são puras determinações – em que, fora disso, ele deveriam consistir ou subsistir? Pelo menos à primeira vista parece totalmente evidente que conceitos necessariamente são determinados e que essa determinação necessariamente é completa. Um conceito indeterminado ou incompletamente determinado seria um paradoxo. Quero anotar, em parênteses, que eu pessoalmente acho que, não obstante isso, conceitos de fato são indeterminados, não existe tal coisa como determinação completa. Nós temos que aceitar o paradoxo da incompletude da determinação.<sup>16</sup> Mas isso não é minha temática hoje. Portanto fecho os parênteses e volto a Hegel.

---

<sup>15</sup> Cf. OC 21/41s.

<sup>16</sup> Cf. Konrad Utz, *Die Notwendigkeit des Zufalls: Hegels spekulative Dialektik in der “Wissenschaft der Logik”*, Paderborn 2001; idem, *O método dialético de Hegel*, em: *Veritas*, 50/2005, 165-185.



## Lógica conceitual, epistemologia e ontologia

Vamos pausar um pouco para resumir até onde chegamos. Nós desenvolvemos o projeto de uma lógica conceitual dos conceitos aprióricos. Estes conceitos se determinam pelas relações inferenciais que eles têm entre se. E como conceitos aprióricos só podem consistir nessas relações lógicas, eles subsistem nelas. Os conceitos aprióricos não são outra coisa que conceitos lógicos, conceitos da razão pura enquanto tal. As relações que se obtêm entre os conceitos lógicos, em virtude da determinação dos mesmos, necessariamente precisam ser determinadas por sua vez. Mas como tais, as próprias relações também são determinações aprióricas e, como tais, conceitos aprióricos.

Todos estes conceitos representam as condições últimas e imprescindíveis do ser e do conhecer.<sup>17</sup> A lógica é o fundamento da ontologia e da epistemologia. Essa é uma consequência imediata e necessária, uma vez que aceitamos que a lógica seja não apenas formal, mas conceitual. Uma lógica apenas formal pode, talvez, ser uma mera ferramenta, um *órganon* das demais disciplinas filosóficas e das outras ciências. Uma lógica conceitual é uma lógica material. Ela tem conteúdo. Porém, uma vez que um conteúdo conceitual concreto é *lógico*, ele necessariamente constitui o fundamento material e não apenas formal de toda realidade. Porque a lógica determina, para Hegel, as possibilidades do real e do não-real. Se existe uma lógica material dos conceitos aprióricos, necessariamente as categorias tanto ontológicas quanto epistemológicas serão definidas nela. E justamente isso Hegel afirma.

Agora pode surgir a pergunta se essa lógica necessariamente será absoluta no sentido de ser uma única só, necessária, sem alternativas e possibilidades de variações. Essa questão pode surgir a partir do fato que, na lógica proposicional, nós nos deparamos com uma multiplicidade de sistemas que, cada um por si, são coerentes. Não parece existir critério para decidir qual destes sistemas seja o verdadeiro. Mas no caso da lógica dos conceitos a questão é logo resolvida. Como acabei de explicar, essa lógica, se ela existe, determina as condições materiais últimas de toda realidade e todo conhecer. Ela também – ou até antes disso – determina as possibilidades do pensar. Portanto nós, em qualquer atuação de nosso pensar, já nos encontramos dentro dessa

---

<sup>17</sup> Cf. OC 21/34.

lógica, sob as condições dela. Portanto, também estamos pensando à base dela quando construímos sistemas lógicos. Por consequência, essa lógica só pode ser uma única. Não pode haver várias, entre as quais nós podemos escolher. Só pode-se escolher possibilidade. Mas essa lógica determina o possível. Ele determina os mundos possíveis. E como nós pertencemos a um destes mundos, nós não podemos colocar-nos fora dos mundos possíveis, para decidir qual sistema de mundos possíveis nos agrada mais. Pois escolher uma lógica conceitual seria exatamente isso: escolher uma totalidade de mundos possíveis. Não pode haver, então, uma multiplicidade de lógicas conceituais diferentes, a mera idéia de uma lógica material não permite de um relativismo.

Mas, alguém poderia perguntar, não seria possível que essa uma e única lógica conceitual deixa certos espaços para definições diferentes ou pelo menos para interpretações diferentes? Isso também é impossível. O que tal espaço para uma pluralidade de determinações ou interpretações significaria? Ele só poderia significar que os conceitos lógicos não são completamente determinados. Deveria ter lacunas nas definições dos conceitos. Mas isso, como tentei mostrar, aparece impossível. E mesmo se for possível, a determinação de uma lacuna indeterminada de um conceito não levaria a uma modificação ou uma outra interpretação deste conceito, mas simplesmente a um outro conceito. Se um conceito realmente contivesse uma indeterminação, essa própria indeterminação faria, então, parte de sua definição. E um conceito que não teria essa indeterminação seria um outro conceito. Por último, tal relativismo é impossível porque ele não constituiria apenas uma variação dentro do sistema, mas reduziria a uma multiplicidade de sistemas de lógica conceitual que acabamos provar impossível. Como expliquei antes, a lógica conceitual apresenta um sistema de determinações interdependentes. Portanto, qualquer mudança em uma parte deste sistema, e seja essa mudança apenas a especificação de uma lacuna de determinação, imediatamente resultaria numa mudança do sistema como um todo.

Ao contrário disso, a lógica *formal* permite de variações justamente porque ela é formal. Isso quer dizer que existe, sim, algo fora dela que não é fundamentado nas suas determinações. Este indeterminado da lógica formal, a possibilidade indeterminada por ela, é o conteúdo real. A realidade, portanto, é independente da lógica formal quanto a suas determinações materiais. E como, neste caso, nós possuímos uma terra firme além

da lógica formal na qual podemos colocar-nos e sustentar-nos, nós podemos, até certo ponto, colocar-nos fora da lógica formal para, a partir deste lugar distanciados, refletir sobre ela e construir sistemas lógicos formais. No caso da lógica conceitual não é assim. Não existe espaço para tal distanciamento.

### O método inferencial<sup>18</sup>

A lógica de Hegel é, então, um sistema de determinações aprióricas completas. Como elas são determinadas pelo sistema, o próprio sistema também precisa ser completo. Isso quer dizer que a CdL precisa ser um sistema que, pelo menos num certo sentido, é fechado.<sup>19</sup> Com isso Hegel não precisa pretender que a teoria que ele enquanto pesquisador humano, finito escreveu seja algo definitivo, perfeito. Pelo contrário, o próprio Hegel admite que ele, possivelmente, cometeu muitos erros.<sup>20</sup> E de fato ele modificou a primeira parte da CdL para sua segunda edição. A pretensão é apenas que aquilo que ele, Hegel, com suas forças intelectuais limitadas, está tentando investigar e expor, é algo plenamente determinado e completo em si mesmo. Isso não deveria surpreender. Um matemático pode, da mesma forma, admitir que ele talvez cometesse erros num cálculo sem, com isso, por em questão a exatidão da matemática enquanto tal.

Como a CdL apresenta um sistema dentro do qual todo conceito recebe sua determinação pelas relações que ele tem aos outros conceitos neste sistema, a Lógica de Hegel foi chamada de holística. Isso quer dizer que o singular recebe sua determinação *apenas* no contexto do todo. Isso, a meu ver, não é verdade no caso da CdL. Um holismo total conduziria a um problema insolúvel: nele, qualquer determinação se dissolve. Se tudo é apenas por um outro e nada é por se mesmo, em nenhum aspecto, então, tudo é por nada. Portanto precisa ter algo que não por um outro, que não seja mediado, mas que é por si mesmo. A CdL precisa de um começo determinado, de um

---

<sup>18</sup> Nesta interpretação do método hegeliano, proponho-me a abrir um acesso a sua compreensão sem recorrer nos conceitos normalmente empregados neste contexto (e formulados pelo próprio Hegel), como “dialética”, “contradição” e “especulação”. Quem buscar uma interpretação mais ortodoxa, ao pé da letra, confira, p.ex., meu livro: *Die Notwendigkeit des Zufalls. Hegels spekulative Dialektik in der “Wissenschaft der Logik”*. Paderborn: Schöningh, 2001.

<sup>19</sup> Cf. OC 12/252; OC 22 (Enc) § 577.

<sup>20</sup> Cf. OC 21/20.

primeiro, in-mediato.<sup>21</sup> E ela precisará de um fim, de um último que conclui o sistema e, de certa forma, apresenta este sistema como um todo em si. O primeiro, o começo, é o ser puro, o segundo, o fim, é a Idéia Absoluta.

Quero explicar, brevemente, como é possível chegar a um primeiro conceito apriórico com o qual o desenvolvimento do sistema dos demais conceitos possa começar. Eu acabei de explicar que os conceitos da CdL não recebem suas determinações de fora, mas apenas pelas relações inferenciais aos outros conceitos aprióricos. Como, então, podemos formar tal primeiro conceito? A resposta é simples: o primeiro conceito só pode ser e precisa ser o conceito do totalmente indeterminado. Este conceito, diz Hegel, é o “ser”, o “ser puro”.<sup>22</sup> Neste conceito nada de determinado é pensado. O pensamento de “ser” é o puro pensar vazio. Mas como é que podemos chegar a tal conceito? Hegel responde: pela abstração. O intelecto tem a capacidade de remover determinações, sem deixar traços do removido.<sup>23</sup> Vamos assumir, por exemplo, que eu tenha, numa sacola, uma manga e mais uma manga e, numa outra sacola, tenha uma manga e mais uma manga e mais uma manga. Agora quero saber o que tenho se junto todas essas mangas. Qualquer pessoa vai, nessa situação, espontaneamente efetuar um ato de abstração. Em vez de falar de uma manga e mais uma e mais uma, falarei em números: duas mangas mais três mangas. E depois ela farei um cálculo: dois mais três são cinco. E, de repente, as mangas desapareceram de minha formulação. Restam meros números. Pela abstração tirei todas as características concretas das frutas e guardei apenas suas puras quantidades. Uma vez que efetuei a abstração, as determinações concretas além da quantidade são apagadas. A sentença “dois mais três faz cinco” não determina mais se isso refere-se a frutas, legumes, cachorros ou poemas. Nossa capacidade de abstrair é muito potente, mesmo que sua força seja apenas negativa. Portanto não vejo razão nenhuma porque seja impossível executar a abstração até o fim, até apagar toda determinação conceitual. O resultado desta abstração total é o pensar puro que, em primeira instância, não pensa nada senão o “ser puro”. Muitos questionaram a possibilidade de tal “pensar puro” que Hegel reivindica. Mas, a meu ver, o que ele reivindica é apenas a abstração completa. Se nós concedemos essa a ele, nós já admitimos que o pensar possa colocar-se no patamar da lógica conceitual: naquele

---

<sup>21</sup> Cf. OC 21/59.

<sup>22</sup> Cf. OC 21/68s.

<sup>23</sup> Cf. OC 21/59s.

âmbito onde o pensar recebe mais nada de fora do pensar, mas está completamente consigo mesmo.

Se o Ser puro garante o ponto fixo de partida, a outra questão fundamental será quais serão as relações inferenciais que, a partir deste ponto de partida, determinam os demais conceitos lógicos. A resposta detalhada a essa pergunta só pode ser a própria CdL, porque essas relações são tão diferenciadas como os próprios conceitos lógicos. Na verdade, cada dessas relações inferenciais precisa tornar-se, por sua vez, num conceito lógico. Se isso não for o caso, as relações permaneceriam indeterminadas. Mas enquanto indeterminados elas não poderiam garantir a determinação completa dos conceitos. Não pode, na CdL, existir uma dicotomia insuperável entre conceitos e relações inferenciais, entre conteúdo e método.<sup>24</sup>

Mesmo que a exposição completa das relações inferenciais seja idêntica com a própria CdL como um todo, podemos dar uma caracterização geral delas. A inferência básica é aquela da oposição, ou, como alguns lógicos formulam, da complementariedade. Todo conceito lógico, diz Hegel, implica uma relação a um oposto. Desta forma, ele chega do Ser ao Nada, do Finito ao infinito, da Identidade à Diferença e assim por diante. Desta forma, Hegel chega de um primeiro conceito a um segundo. A função inferencial que faz isso, Hegel chama de “Negação”.<sup>25</sup> Acho que isso seja intuitivo. Mas se alguns lógicos contemporâneos não gostam dessa terminologia porque acham que a negação seja outra coisa, tanto faz. Podemos dar outro nome a essa função. Só precisa ser garantido que essa função seja a mais simples pensável e que ela seja bem determinada, i.e., que ela não permite alternativas. E acho que isso realmente seja o caso. De vez em quando alguém pergunta: “Mas o que seria o oposto de vermelho? – A inferência ao conceito oposto não sempre é inequívoca!” Hegel responderia: Certo. Muitos conceitos não têm um oposto inequívoco. Mas todos os conceitos lógicos têm. Isso é o caso simplesmente porque no âmbito lógico conceitual a oposição é a única forma simples de diferenciação. Qualquer diferenciação mais complexa precisa formar-se a partir dessa.

Mas como é que podemos chegar da simples inferência ao oposto a um sistema? Já a segunda inferência deste tipo não gerará um novo conceito, ela apenas reconduzirá ao primeiro. Aí precisamos lembrar o que foi dito antes. Se, na lógica conceitual,

---

<sup>24</sup> Cf. OC 12/237s.

existem conceitos relacionados um ao outro, este estado-de-coisas já implica um terceiro conceito: o conceito da relação dos dois. A segunda inferência lógico-conceitual no desenvolvimento da CdL é a inferência ao conceito da própria relação lógico-conceitual entre os primeiros dois conceitos. O terceiro conceito, portanto, explicita aquilo que tanto une quanto diferencia os primeiros dois.<sup>26</sup> Destarte, p.ex., o conceito do “devir” apresenta justamente aquela determinação na qual o ser e o nada são unidos em sua diferenciação e diferenciados em sua união.<sup>27</sup> Desta forma, a construção da CdL continua: a um primeiro conceito segue a inferência negativa, e a essa segue a inferência a essa própria relação inferencial. O resultado é compreendido como o novo começo, que, novamente, é relacionado por implicação lógico-conceitual a seu oposto e assim por diante.<sup>28</sup> Só que o desenvolvimento prova não sendo tão monótono e mecânico como aparece nesta descrição muito formalizada e generalizada. De fato, o sentido da própria negação ou oposição é cada vez mais diferenciado, e, com isso, também o sentido do conceito da relação inferencial. O resultado é um sistema extremamente rico e sutil de determinações conceituais.

Este sistema é concluído por aquele conceito apriorístico que 1.: consiste na relação inferencial não a um outro conceito, mas exclusivamente a si mesmo; 2.: nesta auto-relação inferencial ele relaciona-se a si mesmo não apenas enquanto conceito, mas também enquanto função inferencial – ou melhor dizer: os dois são idênticos; 3.: esta auto-relação abarca, de certo modo, a totalidade do sistema da CdL. Isso quer dizer: em seu último conceito, a própria Lógica é compreendida como uma relação inferencial a si mesmo. Este conceito da auto-relação auto-efetiva que conceitualmente compreende o todo é a Idéia Absoluta.<sup>29</sup>

## **Conclusão**

Muita coisa resta a ser esclarecida. Minha proposta aqui foi apenas mostrar que o projeto da Lógica Hegeliana, entendido como sistema apriorístico dos conceitos lógicos, faz sentido e não parece, a primeira vista, ser plenamente inviável. Evidentemente, eu

---

<sup>25</sup> Cf. OC 12/245.

<sup>26</sup> Cf. OC 12/246.

<sup>27</sup> Cf. OC 21/69s.

<sup>28</sup> Cf. OC 12/248.

<sup>29</sup> Cf. OC 127/236s.

pude dar apenas uma noção muito superficial da maneira como este projeto é, de fato, realizado por Hegel. E eu naturalmente não pude mostrar que este projeto tem sucesso. Na verdade, como já indiquei, eu mesmo não acho que ele funciona. Mas acho que, como tantas vezes na filosofia, mesmo que a final das contas o projeto não dê certo, nós podemos aprender muito mais de um fracasso grandioso que de mil teorias medíocres verdadeiras. E quem sabe, talvez o projeto Hegeliano consiga sobreviver às críticas minhas e de tantos outros colegas. Com Hegel nunca se sabe.

*Artigo recebido em janeiro de 2012*

*Artigo aceito para publicação em março de 2012*